



DESAFIANDO A NORMA CULTA: UMA REFLEXÃO SOBRE A EDUCAÇÃO BRASILEIRA E SEUS DESAFIOS SOCIOLINGUÍSTICOS

Leomar Alves Rosa (UEMS)¹
leomarnet@hotmail.com

Cristiane Schmidt (UNIOESTE)²
cris_lehrerin@hotmail.com

Antonio Carlos Santana de Souza (UFMT-CAPES/UNEMAT)³
acssuems@gmail.com

RESUMO: Este artigo objetiva abordar, compartilhando a visão da Sociolinguística, aspectos da educação brasileira, seus atores e conseqüentemente contribuir, ao menos teoricamente, para a possibilidade um novo ângulo sobre o ponto abordado. Cada ponto deste artigo pode ser questionado individualmente, mas sempre englobando um todo para o pensamento final. As questões de variação linguística também serão alvo de discussão, sempre com base em referências bibliográficas de pesquisadores da área. O tema possui grande campo de discussão, possibilitando assim abordagens sobre uma visão com diversas explorações e conseqüentes opiniões. Sua relação com a sociedade e contexto escolar também serão amplamente percebidos pelo leitor, sendo possível assim evidenciar uma relação direta do objeto de estudo com o cotidiano.

PALAVRAS-CHAVE: Sociolinguística. Educação. Formação de professores.

ABSTRACT: This article aims to approach, sharing the vision of Sociolinguistics, aspects of Brazilian education, its actors and thus contribute, at least theoretically, the possibility for a new angle on the point approached. Each point of this article may be questioned individually, but always encompassing a whole to the final thought. The linguistic change issues will also be the subject of discussions always based on references of researchers. The theme has a large field of discussion, thus enabling approaches to a vision with many farms and resulting opinions. His relationship with society and school environment will also be widely perceived by the reader, and can thus show a direct relation of the subject matter with everyday.

KEYWORDS: Sociolinguistics. Education. Teacher training.

¹ Mestrando em Letras (Sociolinguística) pelo PPGL-UEMS. Campo Grande-MS/Brasil. leomarnet@hotmail.com

² Docente da UNIOESTE. Doutora em Letras pela UNIOESTE/PR. Mestre em Educação pela UFRGS/RS. Licenciada em Letras Português/Alemão pela UNISINOS/RS. Cris_lehrerin@hotmail.com.

³ Mestre e Doutor em Linguística. Pós Doutor em Linguística pela UNEMAT. Bolsista PNP/DCAPES no PPGL-UFMT. acssuems@gmail.com



1. Introdução

O sistema educacional brasileiro tem passado por inúmeras mudanças nos últimos anos. Com a reestruturação de currículos nos anos iniciais e também no ensino médio, o poder público vem buscando uma melhoria na qualidade de ensino disponibilizada para a população que acessa a rede pública de educação. Essas transformações constantemente divulgadas nos meios de comunicação e abordadas por teóricos da academia têm levado a todos os envolvidos no meio educacional a uma reflexão em relação aos atuais processos que possuímos até o momento.

Não podemos nos esquecer de mencionarmos que a reforma educacional e a “nova escola brasileira”, quem sabe parafraseando Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo e Lourenço Filho no Manifesto dos Pioneiros (1932) tem sido discurso constante dos postulantes aos cargos máximo do poder executivo nacional como forma de, pela via da educação, fazer com que o país avance e se torne um polo exportador de conhecimento, ou ainda que retire da faixa do analfabetismo milhares de pessoas.

Conforme dados do próprio Ministério da Educação e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2012 e divulgada em setembro de 2013, mais de 13,2 milhões de brasileiros, com mais de 15 anos não sabem ler ou escrever.

Diante de toda essa problemática e visível necessidade de transformação, parece ser conveniente um retorno ao início da vida escolar, com a alfabetização e suas práticas aplicadas no começo da vida estudantil.

Com um cenário tão promissor e de avanços notórios, ainda em tempos em que se propaga o Brasil como uma Pátria Educadora, temos a real necessidade de discutirmos e analisarmos um posicionamento real em que a Língua Portuguesa tem um papel fundamental no meio social quanto a formação das pessoas tanto no campo profissional como no seu conjunto social.

Nesse sentido é que nos deparamos com a necessidade de abordarmos, cada vez mais, tanto no contexto escolar como em outros meios a discussão encabeçada pela



Sociolinguística, principalmente no tocante as variações da língua, falada ou escrita, no objetivo de compreendermos cada particularidade regional ou ainda cultural que cada indivíduo carrega para o contexto escolar. Tudo isso sem desqualificarmos ou menosprezarmos os conhecimentos internalizados e formas de comunicação arraigadas em cada um.

O tema e subtítulos deste artigo foram organizados de forma horizontal, ressaltando a cada tópico e título sua própria base de conceituação, para de uma forma macro traçar um paralelo entre eles. Buscaremos ainda um discurso no qual se possa compreender o reflexo dessas ações teóricas relacionadas com o contexto escolar, cercada por uma sociedade, por vezes, despreendida dos meios políticos e apática diante das necessidades educacionais dos seus.

2. A educação brasileira e o acesso aos bancos escolares

Dados da Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura (Unesco), publicados em janeiro de 2014, reforçam ainda mais a importância da problematização da educação e seus meios de ensino no Brasil. Segundo o órgão, o Brasil aparece em 8º lugar entre os países com maior número de analfabetos adultos. Ao todo, o estudo avaliou a situação de 150 países, e constatou que o problema está relacionado com a má qualidade da educação e a falta de atrativos nas aulas e de treinamento adequado para os professores.

A pesquisa, amplamente divulgada na mídia nacional, ainda apontou que menos de 10% dos professores brasileiros estão fazendo cursos de especialização custeados pelo governo federal, e ainda que o país investe três vezes menos em educação se comparado a países mais ricos, ou seja, com Produto Interno Bruto (PIB) mais elevado.

Todos esses pontos apresentados se convergem em um só e amplo caminho: o do conhecimento. Mesmo como todos os desafios a nós colocados, como a falta de estrutura da rede escolar, a necessidade de uma formação ampla e continuada dos



profissionais da educação, ou ainda, o conformismo de uma sociedade perante o seu sistema educacional, não podemos deixar de nos aprofundar e buscar novos conhecimentos que de fato possam melhorar a compreensão do meio no qual o aluno está inserido.

Fugindo das amarras tradicionais e dialogando criticamente com outros níveis na sociedade, de forma visual, audiovisual e ainda cibernética, temos a Sociolinguística e suas variações trazidas por esses novos clientes do ensino público.

Com toda essa nova oferta de público os profissionais da educação e em especial os professores de sala de aula, tem se deparado com um dilema de integralizar os interesses trazidos pelos documentos oficiais, onde se tem como foco os conteúdos padrões a serem aplicados, como no caso em Língua Portuguesa, e ainda realizar esse diálogo coerente com as experiências de fala e de escrita de cada aluno, independentemente de faixa etária.

Enquanto por um lado encontramos professores dispostos a realizar essa integração naturalmente, por outro temos também aqueles que resistam bravamente a ideia de flexibilização tanto da oralidade como da grafia manual. Encontrar um meio termo, ou um ponto de equilíbrio, parece ser um dos maiores desafios a ser superado pela atual conjuntura de ensino.

É importante que antes de darmos um próximo passo neste tema, tenhamos claro e compartilhemos da ideia de Jordão que diz que

Não há conhecimento mais elaborado a ser alcançado pelas classes populares, pois o conhecimento é sempre elaborado, sempre complexo, sempre sofisticado. O que discrimina os conhecimentos em sua legitimidade são processos sociais de atribuição de sentidos (e valores) diferentes às formas de conhecimento conforme sejam produzidas por determinados grupos sociais – se o grupo a quem se atribui determinado conhecimento for um grupo socialmente desvalorizado, assim também tende a ser o conhecimento por ele produzido. (JORDÃO, 2010, p.6)



Na convergência dos pontos abordados fica claro que a eficiência e qualidade do que se almeja se medirá por completo quando a forma de ação específica for acionada, com êxito, em uma situação necessária.

3. Sala de aula: os professores e seus instrumentos

A sociedade brasileira tem visto um relevante acesso de seus membros à educação básica, principalmente, nos meados da década de 90. Segundo dados do site *www.todospelaeducação.com.br*, mais de 98,2% das crianças brasileiras, com idade entre 6 a 14 anos, estão na escola.

Sem nos atermos, neste momento, ao quesito qualidade, podemos considerar que o país atingiu um patamar de universalização de acesso a essa etapa de ensino.

Com certeza a escola favorece para o crescimento intelectual de cada um, servindo como espaço de construção de conhecimentos, muito além do ato de alfabetização, e reportando o indivíduo ao contato direto com a construção do saber e seus pontos de questionamento e variáveis. A função do professor também é destaque no aprimoramento desse ensino, sendo este um ativador e fomentador. Para Jordão

O professor deve ser capaz de perceber esta multiplicidade como positiva, articulando sentidos possíveis ativamente, e ensinar seus alunos a construir sentidos novos a partir das diferentes e variadas possibilidades que se lhe apresentam no mundo, dentro e fora da sala de aula. Assim como seu aluno, ele aprende constantemente novos procedimentos de construção e negociação de sentidos, bem como suas implicações para a vida pessoal e da sociedade como um todo. (JORDÃO, 2010, p.4)

Conforme a autora, podemos ver ampliado o papel do professor na função de educador. Muito mais do que um transmissor de conhecimento o profissional se apresenta como um negociador de pontos que pode levar o aluno a outro extremo sem perder o norte.



Esse papel inovador do professor se faz necessário diante da introdução das práticas na educação, conforme orientações de documentos oficiais, como os Parâmetros Curriculares Nacionais.

O caráter dialógico das imagens impõe uma visão muito além do ato comunicativo superficial e imediato. Os significados embutidos em cada particularidade devem ser recuperados pelo estudo histórico, social e cultural dos símbolos que permeiam o cotidiano. No mundo contemporâneo, marcado pelo apelo informativo imediato, a reflexão sobre as linguagens e seus sistemas, que se mostram articulados por múltiplos códigos e sobre os processos e procedimentos comunicativos é mais do que uma necessidade, é uma garantia de participação ativa na vida social, a cidadania desejada. (PCNs, 2000, p.6)

Essa vertente é um forte instrumento para que o professor planeje suas aulas com um aporte teórico e elaborado.

As formas de representação/comunicação, investigação/compreensão e contextualização sociocultural apresentadas no documento oficial tornam, tanto para aluno como para o professor, o caminho da interação com a sociedade e o ambiente social, uma constante em várias disciplinas. Em Língua Portuguesa, no ensino médio, por exemplo, essa contextualização busca “entender os impactos das tecnologias de comunicação, em especial da língua escrita, na vida, nos processos de produção, no desenvolvimento do conhecimento e na vida social” PCNs (2000, p.24).

Em uma continuidade, visando contribuir para o diálogo entre professor e escola sobre a prática docente, conforme o próprio Ministério da Educação (MEC), as Orientações Curriculares para o Ensino Médio (OCEMs), “iniciada em 2004 e lançada em 2006” (OCEMs, 2006, p. 8), busca uma compreensão na qual a qualidade da escola é condição essencial de inclusão e democratização das oportunidades no Brasil, e o desafio de oferecer uma educação básica de qualidade para a inserção do aluno, o desenvolvimento do país e a consolidação da cidadania é tarefa de todos.



O documento foi criado em consonância com as secretarias estaduais de educação, e se auto-intitula “não como um manual ou cartilha a ser seguido, mas um instrumento de apoio à reflexão do professor a ser utilizado em favor do aprendiz”. (2006, vol. 1, p. 6).

As Orientações Curriculares para o Ensino Médio (OCEMs), também trazem orientações e aportes para o trabalho dos profissionais da educação.

No capítulo denominado Conhecimentos de Língua Portuguesa, por exemplo, é evidente a preocupação em fazer com que o aluno conquiste certa autonomia por intermédio da escola,

Reitera-se que essa postura é a condição para confrontar o aluno com práticas de linguagem que o levam a formar-se para o mundo do trabalho e para a cidadania com respeito as diferenças no modo de agir e de fazer sentido. (OCEMs, 2006, p. 29)

O documento em sua abrangência busca, como descrito no capítulo específico da Língua Portuguesa, a compreensão sobre as dificuldades de aprendizagem dos alunos envolvendo uma variação linguística “defendia-se, portanto, que o planejamento, a execução e a avaliação dos resultados das práticas de ensino e de aprendizagem levassem em conta fatores como classe social, espaço regional, faixa etária, gênero social” (OCEMs, 2006, p. 19 e 20).

Podemos ver então uma necessidade apontada pelos documentos oficiais de se colocar em prática toda uma gama de conhecimento, afim de que seja exercitado pelo aluno o desafio de suas habilidades adquiridas tanto dentro como fora do contexto escolar.

Talvez seja pertinente um repensar nas adaptações e códigos que por fim representem uma nova forma de fazer o ensino na escola, abordando suas novas faces, já incorporada em uma hierarquia superior a da escola em si, ou seja, do mundo externo.



Essas novas construções poderiam, perfeitamente, partirem de um grau para outro, independentemente de hierarquias, valorizando o ambiente e contexto de cada aluno e também meio escolar. Monte Mór (2010, p. 473) ressalta que essas construções “poderão ou não se agregar” aos modelos antigos ou herdados.

Portanto, as adaptações necessárias a implantação de um novo modelo de se lecionar ou ainda de como se aprende, terão que ser criados em vista a cada localidade ou ambiente de atuação. A disponibilidade ou não de formas existentes ou pré-concebidas não se pode se tornar um fator impeditivo.

4. A escola e sua função transformadora

Um fator que talvez tenha impedido a escola de desenvolver com mais sucesso o papel, que lhe compete, pode estar ligado a uma massificação cultural pela qual o mundo passa hoje, sem um papel pré-definido de quem é o emissor, o qual é o conteúdo da mensagem e um possível receptor. Nessas indefinições, os aspectos críticos, sobre determinadas informações, têm sido prejudicado, impossibilitando, por vezes, uma possível reflexão mais aprofundada.

Em uma globalização onde qualquer pessoa pode produzir conteúdo informativo, verdadeiro ou não, recebê-lo também, se torna muito volátil. Não há tempo para interiorizar o que é proposto, muito menos para fazer sua reflexão crítica. Uma saída pode ser encontrada na reformulação de conteúdos escolares com privilégio a esses diálogos latentes.

A vinda do global para o local, formando o que temos por ‘glocal’, inserido no contexto escolar pode representar essa organização horizontal, abrindo mão de uma hierarquização de conteúdos e ainda derrubada de dogmas. A observação de Rojo (2009) é elucidativa, quando a autora afirma que

Cabe, portanto à escola potencializar o diálogo multicultural para dentro de seus muros não somente a cultura valorizada, dominante,



canônica, mas também as culturas locais e populares e a cultura de massa, para torná-las vozes de um diálogo, objetos de estudo e de crítica. Para tal, é preciso que a escola se interesse por e admita as culturas locais de alunos e professores (ROJO, 2009, p.115)

Essa ligação do que está fora, com o que se ensina dentro da escola, como vimos, é papel do meio escolar. Essa interação deve ser compartilhada com os conteúdos escolares, mas com uma visão que possibilite um pensar ativo tanto de alunos como de professores.

5. A compreensão por meio da sociolinguística

Para compreendermos um pouco mais sobre a visão Sociolinguística e sem nos atermos por completo nas questões teóricas, algo que o leitor pode fazer posteriormente, com um aprofundamento nas referências bibliográficas, devemos ter em mente, ou relembremos que Willian Labov, como o próprio estudioso diz durante entrevista a Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL⁴, de agosto de 2007, quando começou na Linguística tinha em mente uma mudança para um campo mais científico, baseado na maneira como as pessoas usavam a linguagem na vida cotidiana. O autor diz ainda que quando começou a entrevistar pessoas e gravar suas falas, descobriu que a fala cotidiana envolvia muita variação linguística, algo com que a teoria padrão não estava preparada para lidar.

É importante lembramos que Labov faz ressalvas ao conceito de deficiência linguística, considerando esse inviabilizado socialmente. Conforme suas pesquisas iniciais, em guetos, nos Estados Unidos, Labov mostra ainda que as crianças dos dessas áreas tinham até vocabulários diferentes, mas poderiam apreender conteúdos e estruturas como as demais de outras regiões.

⁴ http://www.revel.inf.br/files/entrevistas/revel_9_entrevista_labov.pdf - acesso em 02 de junho de 2015 às 10h28.



Apegando-nos ao conceito estabelecido por Labov, podemos trazer essa realidade para o contexto atual da sociedade educacional brasileira. Passamos então a exercitar os conceitos e levamos em conta as diferenças sociais e econômicas dispostas entre Estados Unidos e Brasil, ao ponto de questionarmos até que grau a mesma ideia de Labov e fomentada por diversos autores nacionais, estariam em consonância e assim seriam também aplicáveis por aqui.

Marcos Bagno, tradutor, escritor e linguista brasileiro é um grande defensor das ideias Sociolinguísticas e idealizador de uma escola na qual as diferenças de fala e escrita não se tornem alvo do chamado preconceito linguístico e que por consequência, as pessoas possam ser livres para adequarem seus discursos onde quer que elas estejam sem serem ridicularizadas.

Bagno defende que há sim um grande preconceito linguístico instalado nas esferas de ensino brasileiras e que ao invés de diminuir ele tem

Muito pelo contrário, o que vemos é esse preconceito ser alimentado diariamente em programas de televisão e de rádio, em colunas de jornal e revista, em livros e manuais que pretendem ensinar o que é “certo” e o que é “errado”, sem falar, é claro, nos instrumentos tradicionais de ensino da língua: a gramática normativa e os livros didáticos. (BAGNO, 2007, p.13)

O autor defende ainda que o estudo e forma com que está colocada a grade curricular das escolas, o objetivo final se torna apenas um, e se tratando de Língua Portuguesa

Os métodos tradicionais de ensino da língua no Brasil visam, por incrível que pareça, a formação de professores de português! O ensino da gramática normativa mais estrita, a obsessão terminológica, a paranoia classificatória, o apego à nomenclatura — nada disso serve para formar um bom usuário da língua em sua modalidade culta. (BAGNO, 2007, p.118)



Outro ponto que podemos levantar e questionarmos é em relação a padronização do poder hegemônico, negando uma alternativa social aos meios que podem emergir, mesmo em um primeiro momento histórico tendo suas raízes negadas. McCleary questiona

De onde vem a variedade padrão de uma língua? O mais comum é que o padrão seja, no início, uma das variedades regionais de uma língua. Essa variedade, com o tempo, torna-se o padrão e perde sua identificação exclusiva com aquela região de origem. Ela começa a ter valor de destaque em outras regiões também. (McCleary, 2007, p.16)

Ao recorrermos aos aportes da Sociolinguística e integrando as discussões educacionais levantadas até aqui, podemos obter uma visão entrelaçada de um sistema de ensino que tem anseio por mudanças e uma mudança, já antiga, mas ainda pouco aceitável pela sociedade em geral na inadmissão de um novo pensar sobre a fala e escrita.

Fato é que respeitando cada ponto de vista, com suas ressalvas, poderemos adequar o novo com o necessário, sem abirmos mão da qualidade e sucesso dos que estão ou serão submetidos a essa nova visão compartilhada de teoria e prática.

Considerações finais

As reflexões apresentadas neste artigo tiveram como objetivo maior a busca por um entendimento da visão geral da educação e seus desdobramentos, em uma forma plural, como uma maneira de fomentar ainda mais, mesmo que intrinsecamente, uma discussão sobre práticas educacionais adotadas e praticadas no contexto escolar brasileiro.

Acreditamos que tais pensamentos e discussões são essenciais em um modelo de educação que necessita de transformações ainda mais intensas, como a valorização do elemento exterior a escola e a integração da vivência trazida pelo aluno até a sala de aula.



Com certeza, a academia e o profissional da educação, tem grande responsabilidade nisso, sendo agentes transformadores e pensadores desse processo.

Temos então uma realidade na qual há uma perspectiva de transformação social, por meio da educação, pelo engajamento e esforço intelectual e transformador dos pensadores teóricos e que poderá resultar em uma escola crítica, conectada com as novas tecnologias e mais igualitária, respeitando a cada um a seu modo.

Referências

- BAGNO, Marcos. **A língua de Eulália**: novela sociolinguística. 15. ed. — São Paulo: Contexto, 2006.
- BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico**: o que é, como se faz. 49ª edição. Loyola, São Paulo, 2007
- BRASIL**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996.
- BRASIL**. Ministério da Educação. Parâmetros curriculares nacionais: língua portuguesa, ensino médio. Vol. 3. Brasília, 2000.
- BRASIL**. Ministério da Educação. Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Vol. 1. Brasília, 2006.
- JORDÃO, C.M. **Abordagem comunicativa, pedagogia crítica e letramento crítico – farinhas do mesmo saco?** Campinas: Unicamp, 2003.
- McCLARY, Leland. **Curso de Licenciatura em Letras-Libras**. Florianópolis: UFSC, 2007.
- ROJO, Roxane. **Letramentos múltiplos, escola e inclusão social**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

Recebido Para Publicação em 30 de janeiro de 2018.

Aprovado Para Publicação em 23 de março de 2018.